

HABEAS CORPUS Nº 492.291 - SP (2019/0036084-5)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : FABRICIO TORRES
ADVOGADO : FABRICIO TORRES - SP0338154
IMPETRADO : JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DE
BAURU - SP
PACIENTE : NALMIR WILLIAN DE MORAES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado por FABRÍCIO TORRES, em favor de NALMIR WILLIAN DE MORAES, que se encontra preso, no qual indica como autoridade coatora o Juiz de Direito da Vara de Execuções Criminais de Bauru/SP.

Em sua petição, requer o impetrante a concessão da ordem a fim de que cesse o constrangimento ilegal que o paciente afirma sofrer.

É o relatório. Decido.

A impetração aponta como autoridade coatora juiz de primeiro grau, o que afasta a competência originária do Superior Tribunal de Justiça para análise do pedido. Com efeito, o *habeas corpus* deveria ter sido dirigido à autoridade hierarquicamente superior àquela de onde provém o alegado constrangimento ilegal, para não ocorrer indevida supressão de instância.

Assim sendo, o pedido, por não se enquadrar no disposto no art. 105, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, não pode ser conhecido pelo STJ.

Nesse sentido, confira-se este julgado:

HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ARTS. 240 E 241-A DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. APLICAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO E RISCO DE NOVA RESTRIÇÃO DA LIBERDADE. FALTA DE MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. VEDAÇÃO AO *HABEAS CORPUS PER SALTUM*. *WRIT* NÃO CONHECIDO.

1. A única manifestação levada a efeito pelo Tribunal local diz respeito à prejudicialidade da impetração, pela concessão de liberdade provisória ao paciente.

2. Fica impossibilitada a manifestação deste Sodalício, sobrepujando a competência da Corte Estadual, sob pena de configuração do chamado *habeas corpus per saltum*, a ensejar verdadeira supressão de instância e violação aos princípios do duplo grau de jurisdição e do devido processo legal substancial.

3. Ante a falta de manifestação do Colegiado Estadual, percebe-se a incompetência desta Corte Superior para o processamento e julgamento deste *writ*, já que inexistente ato a ser imputado à autoridade coatora, nos termos do art. 105, I, alínea 'c', da Constituição Federal, bem como do art. 13, I, alínea 'b', do

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

4. *Habeas corpus* não conhecido. (HC n. 360.513/TO, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 1º/9/2016.)

Ante o exposto, **com fundamento no art. 21-E, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, declaro a incompetência do STJ Corte para processar e julgar o presente *writ* e determino a remessa dos autos ao tribunal de origem.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

